



IEAB
IGREJA EPISCOPAL
ANGLICANA DO BRASIL

COMISSÃO DE INCIDÊNCIA PÚBLICA,
DIREITOS HUMANOS E COMBATE AO RACISMO – IEAB

ORIENTAÇÕES PASTORAIS

PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA

NO PROCESSO ELEITORAL DE 2026



PARTICIPAÇÃO
CIDADÃ



JUSTIÇA
SOCIAL



DIGNIDADE
HUMANA



CUIDADO COM
A CRIAÇÃO



IGREJA
PROFÉTICA



Bem-aventurados os que promovem a paz,
porque serão chamados filhos de Deus.

Mateus 5.9



INFORME-SE
DISCERNA
PARTICIPE
VOTE!

CONTEÚDO

1. Apresentação	3
2. A Constituição da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil	4
3. Os documentos da Câmara Episcopal em defesa do Estado Laico, da Democracia e da Dignidade Humana	5
4. A revelação bíblica cristã nos anima a participar na vida política em defesa da democracia, da justiça e da paz, dentro de um Estado Laico?	7
5. Qual é o papel de uma igreja comprometida com a justiça, a dignidade humana e a democracia nas eleições em nível federal e estadual de 2026?	10
6. Litania para o processo eleitoral (adaptadas de Orações do Livro de Oração Comum)	14
7. Referências	16

ORIENTAÇÕES PASTORAIS PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA NO PROCESSO ELEITORAL DE 2026

Comissão de Incidência Pública, Direitos Humanos e Combate ao Racismo da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB)

1. APRESENTAÇÃO

O processo eleitoral é um momento privilegiado para o exercício da cidadania e para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e comprometida com o bem comum. Como pessoas cristãs, somos chamadas a discernir nossa participação na vida pública à luz do Evangelho de Jesus Cristo, que nos convida a promover a dignidade humana, a justiça, a paz e o cuidado com toda a criação. Esta cartilha, elaborada pela Comissão de Incidência Pública, Direitos Humanos e Combate ao Racismo da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB), oferece subsídios para reflexão e diálogo, inspirados na tradição anglicana e nos princípios que orientam nossa missão. Seu objetivo é fortalecer uma participação consciente, responsável e comprometida com os valores do Reino de Deus no processo eleitoral de 2026.



No dia 5 de outubro de 1988 foi promulgada a constituição brasileira.
Foto: Joédson Alves/Agência Brasil.

2. A CONSTITUIÇÃO DA IGREJA EPISCOPAL ANGLICANA DO BRASIL

A Constituição da IEAB, aprovada em 2016, é o documento que define como nos entendemos como organização social dentro do contexto jurídico do Estado Democrático de Direito que vivemos no Brasil. O Artigo 1º deste documento estabelece:

A Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, doravante designada IEAB, organização religiosa, é parte da Igreja Una, Santa, Católica e Apostólica de Cristo, estabelecida no Brasil, em todo território nacional, por prazo indeterminado, em conformidade com as leis do país, tendo por finalidade disseminar e testemunhar o evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo, segundo os princípios da Comunhão Anglicana e tendo por fundamentos:

I - A unidade de todas as pessoas cristãs;

II - A Solidariedade;

III - A dignidade da pessoa humana;

IV - A fraternidade;

V - A integridade da criação divina;

VI - O respeito à pluralidade religiosa;

VII - A inclusividade;

VIII - A promoção e garantia dos direitos humanos.

Outro documento importante, cujo conteúdo está presente nos votos de batismo e confirmação presentes no Livro de Oração Comum, detalha as Cinco Marcas da Missão. Dentre elas, a quarta nos questiona sobre o papel profético da Igreja na sociedade: *“Procurarão transformar as estruturas injustas da sociedade, desafiando toda sorte de violência, respeitando a dignidade de toda pessoa humana e buscando a paz e a reconciliação?”* (p. 555).

3. OS DOCUMENTOS DA CÂMARA EPISCOPAL EM DEFESA DO ESTADO LAICO, DA DEMOCRACIA E DA DIGNIDADE HUMANA

Diante da realidade sociopolítica vivida no Brasil, a Câmara Episcopal, de tempos em tempos, tem se manifestado, não como orientação obrigatória para a membresia de nossa igreja, mas como aplicação de nossos princípios e auxílio para a reflexão do clero e do laicato.

Uma das ênfases tem sido a defesa do Estado Democrático de Direito como um sistema que, embora deva ser sempre aperfeiçoado, oferece as melhores condições para o desenvolvimento de uma sociedade que busca relações mais justas, dignas e respeitadas da diversidade humana, assim como para a defesa do meio ambiente como criação e dádiva divina. Quando aconteceram as ações antidemocráticas que culminaram no ataque às instituições em Brasília, no dia 8 de janeiro de 2023, a Câmara Episcopal se pronunciou¹ afirmando:

Como pessoas cristãs e conscientes de nossa responsabilidade social e política, afirmamos que a democracia é um direito que precisa ser respeitado e zelado; e as ações extremistas e lamentáveis da invasão das sedes dos Três Poderes da República, com depredação do patrimônio público, não são apenas manifestações de inconformidade com o resultado legítimo das eleições e com a posse do novo Presidente da República, mas, sim, buscam destruir as bases nas quais está firmada a nossa nação e são, portanto, atentados contra o povo brasileiro.

Ao se pronunciar sobre o Projeto de Lei 1904/24 que criminalizava mulheres e meninas que ficaram grávidas após serem vítimas de estupro², a Câmara Episcopal da IEAB afirma:

1 Leia o pronunciamento “Manifestação da Câmara Episcopal da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil diante dos atos terroristas e antidemocráticos do dia 08/01/2023” em <https://ieab.org.br/wp-content/uploads/2023/01/Manifestacao-da-Camara-frente-aos-Atos-Antidemocraticos-2023.pdf>

2 Leia “Pronunciamento da Câmara Episcopal da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil sobre o PL 1904/24” em <https://ieab.org.br/wp-content/uploads/2024/06/Carta-sobre-o-Projeto-de-Lei-1904-de-2024.pdf>

A Bíblia nos inspira e nos convida a viver um Evangelho de amor, perdão e graça, nos contrapondo aos fundamentalismos políticos e religiosos que disseminam o ódio e desrespeitam a dignidade humana. Porque, como apontava o apóstolo Paulo, sem amor nada tem valor (1ª Coríntios 13). Somos uma Igreja comprometida com o princípio do evangelho de Cristo. Entendemos que em um Estado Laico e Democrático os princípios religiosos alegados por algumas tradições cristãs – com os quais nem sempre concordamos – não podem ser impostos a toda a sociedade.

A Câmara Episcopal realizou pronunciamentos como estes porque vivemos tempos em que setores da sociedade, motivados por um entendimento da fé cristã extremamente excludente e moralista, usaram, e ainda usam, as estruturas políticas do estado laico como instrumento de imposição de suas convicções. Estes mesmos setores são retroalimentados pelo chamado “pânico moral”, pelas “teorias da conspiração”, e por diversas notícias falsas (*fake news*) que constroem a narrativa de que se determinados grupos chegarem ao poder – mesmo por vias democráticas e legais – promoveriam a destruição dos valores cristãos e levariam toda a sociedade ao caos moral, político e econômico.

Estes atos antidemocráticos, que faziam parte da ação de um grupo golpista que foi condenado pelo Supremo Tribunal Federal, assim como a tentativa de deslegitimar os processos que, a partir da Constituição do Brasil de 1988, buscam garantir o funcionamento salutar das instituições deste país, demonstram que o Estado Laico e Democrático ainda se encontra ameaçado e deve ser defendido para o bem de todas as pessoas, cristãs ou não, desta sociedade, especialmente aquelas mais vulnerabilizadas pela desigualdade, discriminação e injustiça.

4. AREVELAÇÃO BÍBLICA CRISTÃ NOS ANIMAA PARTICIPAR NA VIDA POLÍTICA EM DEFESA DA DEMOCRACIA, DA JUSTIÇA E DA PAZ, DENTRO DE UM ESTADO LAICO?

Em primeiro lugar devemos estabelecer que a interpretação bíblica na tradição anglicana considera os contextos dos textos sagrados que a compõe foram transmitidos, seja de forma oral ou escrita. Neste sentido, cabe lembrar que durante o tempo em que as narrativas bíblicas surgiram (entre 1800 antes de Cristo e 200 depois de Cristo), não havia um conceito de “República”, nem de “Democracia” como aquele que emerge com o Estado Moderno, principalmente a partir da Independência dos Estados Unidos e da Revolução Francesa do século XVIII. Este ideário, baseado no tripé “liberdade, igualdade e fraternidade”, motivou diversos processos revolucionários independentistas na América Latina e Caribe contra as metrópoles coloniais que se apropriaram dos territórios indígenas, saqueando as riquezas ali existentes. No Brasil, este processo culminou com a Proclamação da República em 1890. Foi esta mudança, junto com a incorporação do sentido da laicidade do Estado, que permitiu nossa igreja e outras que não a Católica-Romana se estabelecessem oficialmente no Brasil.

A república brasileira, organizada como Estado Democrático de Direito, se baseia em uma Constituição, isto é, em um documento jurídico construído e aprovado em uma assembleia ou congresso eleito para esse fim, onde se estabelece a estrutura de organização do Estado e os deveres e direitos de todos seus cidadãos. É a Constituição que estabelece e normatiza a igualdade entre as pessoas, a liberdade de forma de não atentar contra a liberdade ou dignidade de outras pessoas, e a fraternidade, entendida no respeito aos direitos individuais e sociais.



“Declaro promulgado o documento da liberdade, da democracia e da justiça social do Brasil”, disse o então presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, ao promulgar a nova Constituição Federal de 1988.

Foto: Arquivo Agência Brasil.

Quando a democracia é interrompida – geralmente pela força e com apoio militar – e se estabelece uma ditadura, quem toma o poder impõe ao resto da população sua vontade, muitas vezes com a justificativa de salvar a nação de alguma ameaça. Esta quebra do Estado Democrático de Direito permite ao grupo governante o abuso do poder pelo cerceamento das liberdades individuais, sem usar de transparência na tomada de decisões, eliminando a efetividade da mediação do voto popular, reprimindo a mobilização social, a crítica política e o respeito à ordem jurídica impessoal.

A Constituição de 1988, que atualmente rege a República Federativa do Brasil, teve como uma de suas motivações a superação da última ditadura que se estabeleceu entre 1964 e 1985; por isso ela contém mecanismos, aprimorados em anos posteriores, que buscam impedir a quebra do Estado Democrático de Direito.

Estes mecanismos, além da consciência do valor da democracia existente em boa parte da sociedade, impediram o sucesso de um novo golpe de estado que teve seu ápice no dia 8 de janeiro de 2023. Essa defesa da institucionalidade foi importante para garantir que os princípios democráticos prevaleçam sobre a tentativa do poder econômico, militar ou político de uma única classe ou ideologia e que pretenda se apropriar de riquezas, impor sua forma de ser ou pensar ao resto de uma população plural e multicultural.

A revelação de Deus nos coloca sempre do lado das pessoas pobres, discriminadas e oprimidas

O Povo de Deus inicia sua caminhada como migrante e refugiado. Assim começa a revelação nas narrativas de Abraão e Sara e sua família que saem de Ur (nome dado a uma das primeiras “cidades” onde um rei governava) para viver nas periferias dos domínios de outros reis, muitas vezes em conflito (como vemos no sequestro de Sara pelo Faraó). Assim, Deus se coloca ao lado das famílias migrantes e refugiadas e diz que elas serão um grande povo, e por elas serão abençoadas as famílias da terra (Ler Gênesis 12).

- De que forma Deus se coloca a favor desta família de pessoas migrantes e refugiadas e as chama para ser bênção de todas as famílias da terra?

- Como as propostas políticas que se apresentam nesta eleição se posicionam diante da realidade das pessoas que vivem em vulnerabilidade social, especialmente as indígenas, negras e mulheres?

O Povo de Deus recebe a revelação de Deus como libertador da escravidão quando é oprimido pelo Faraó do Egito, que também busca eliminar o povo através de um genocídio. Deus se revela, então, como aquele que liberta da escravidão e chama lideranças para organizar o povo ao redor da busca de uma terra boa para todas as pessoas (Ler Êxodo 3.1-16).

- Se o Deus Libertador interveio nessa situação, qual é o desafio que isso nos lança em relação ao que vivenciam os setores mais oprimidos de nossa sociedade?
- Como a participação no processo eleitoral pode ser considerada, assim com a vocação de Moisés, um chamado para ajudar a nos libertar de relações sociais, políticas e econômicas que escravizam nosso povo?

Jesus Cristo se apoia nas palavras proféticas para anunciar sua presença como Deus Encarnado na história humana. No Evangelho segundo Lucas, ele lê uma passagem do profeta Isaías e afirma que, n'Ele, essa profecia que inclui levar a Boa Notícia às pessoas pobres, se cumpriu (Ler Lucas 4.16-21).

- Quais são as propostas políticas, sociais e econômicas que são, segundo a Missão de Deus em Cristo, boa nova para as pessoas pobres?
- Como nosso direito de escolher governantes e representantes pode ajudar a cumprir a Missão descrita neste texto?

O exemplo de Jesus, sua presença no meio do seu povo, a ação do Espírito Santo, levou as primeiras comunidades a dar exemplo de partilha, como pode se ler na descrição do livro de Atos (2.42-47 e 4.32-37). A revelação de Cristo, como afirma a Primeira Carta de João 4.13-21, não podia promover o ódio ou mentira, apenas o seu amor incondicional.

- Lendo estes textos, quais são as propostas sociais, políticas e econômicas que se aproximam mais do ideal da vida cristã e da vivência do amor quebrando as barreiras do ódio?

5. QUAL É O PAPEL DE UMA IGREJA COMPROMETIDA COM A JUSTIÇA, A DIGNIDADE HUMANA E A DEMOCRACIA NAS ELEIÇÕES EM NÍVEL FEDERAL E ESTADUAL DE 2026?

Nossa IEAB, dentro da forma de ser (*ethos*) do anglicanismo, preserva a liberdade de cada pessoa no exercício da cidadania, não apresenta candidaturas próprias – embora estimule sua membresia à participação política em todos os níveis – e exige que pessoas que exerçam liderança dentro dela, sendo do laicato ou do clero, se afastem de suas funções durante o processo eleitoral para não comprometer a vida da igreja com uma determinada candidatura ou programa político.

No entanto, esta prática não autoriza a omissão diante da desigualdade, das injustiças, da violência, da corrupção, da discriminação, do ódio contra pessoas ou grupos, etc. Neste sentido é que esta cartilha quer ajudar cada pessoa e comunidade a fazer uma profunda reflexão sobre sua participação cidadã no processo democrático de eleição das autoridades que lhe representarão em nível federal (do Brasil) e de cada estado.



Exigir políticas sociais que defendam a dignidade humana e a defesa da criação

Devemos exigir propostas viáveis que assegurem a melhoria da qualidade de vida de todas as pessoas, em especial daquelas mais ameaçadas pela exclusão econômica e social. O Brasil tem melhorado no combate à fome (saíndo, mais uma vez, do mapa da fome), tem melhorado também no emprego e renda, está se aproximando da erradicação do analfabetismo, recuperou políticas de vacinação que evitam mortes por doenças contagiosas e outras, tem um sistema de saúde acessível a todas as pessoas. No entanto, ainda há muita violência tanto por parte

do crime organizado quanto de políticas de extermínio perpetradas pelo Estado. Há também o desvio de recursos públicos, seja pela corrupção ou pelo uso indevido dos mesmos de forma injusta e desigual. Por isso é nosso dever cristão exigir dos Partidos Políticos e de toda pessoa que queira participar do governo, seja em nível do Poder Executivo ou Legislativo, a manutenção e até ampliação de ações que promovam o respeito a todas as pessoas e melhor qualidade de vida para todo o povo. Isto se alinha profundamente com as Cinco Marcas da Missão.

O fim da jornada 6x1 e a melhoria das condições de trabalho

Assim como se avançou em reconhecer que o trabalho escravo não é aceitável e que as pessoas que promovem este tipo de relação sejam responsabilizadas e as vítimas sejam amparadas e retribuídas, e depois, a lei das 8 horas de trabalho, das condições salutaras do ambiente (como uso de equipamentos de proteção, banheiros, etc.), o salário mínimo – e os pisos salariais negociados por categorias – o décimo terceiro salário (que não é um salário a mais, mas a compensação de dias não pagos durante o ano), o Fundo de Garantia e outros, foram avanços importantes para garantir vida digna ao povo trabalhador que gera a riqueza deste país; agora o fim da jornada 6x1 busca dar às pessoas e suas famílias algo de tempo para desenvolver suas relações, para desfrutar da natureza e da cultura, e para repor as forças que entregam diariamente em seus trabalhos. Por isso defender esta mudança e outras que venham melhorar a saúde e a vida das pessoas trabalhadoras vai plenamente ao encontro de nossos princípios.

A salvaguarda, defesa e renovação da vida na terra

Esta é a Quinta Marca da Missão e tem a ver com a vida da criação, mas também com os povos cujo sistema de vida tem sido, ancestralmente, guardião da vida na terra. Os povos indígenas e outros povos originários, que foram brutalmente massacrados durante séculos de colonização no Brasil, ainda resistem e nos chamam a estarmos juntos na defesa da “Mãe Terra”. Portanto, qualquer proposta, seja a do “marco temporal” ou outra que queira retirar dos povos indígenas e outras populações originárias o direito a viver na terra em harmonia não poderia ser aceita dentro deste princípio.

Devemos então cuidar para que as leis de proteção do meio ambiente sejam melhoradas, o saneamento básico ampliado, a coleta e reciclagem do lixo amplamente implementada, a geração de energia seja feita cada vez mais por fontes sustentáveis e renováveis, abandonando progressivamente o uso de combustíveis fósseis, e a educação ambiental amplamente implementada em todos os níveis.

O controle social e a luta contra a corrupção

A corrupção é o efeito gerado quando grupos de poder político – que se adonam da riqueza pública – e do poder econômico – que usam seu poder financeiro para facilitar a exploração das pessoas e do meio ambiente – não são devidamente fiscalizados e controlados. O Conselho de participação popular que existem nos níveis municipal, estadual e federal, formados por cidadãos, profissionais especializados e agentes públicos, são uma forma efetiva de controlar a corrupção e garantir o correto uso dos bens e a implementação das políticas públicas. Também devemos exigir o fortalecimento de órgãos de fiscalização governamentais, dando autonomia de ação.

Apoiar políticas de combate ao racismo, homo-lesbo-transfobia, aporofobia, capacitismo, misoginia e xenofobia

O racismo moderno surge como justificativa para o sequestro de pessoas de povos africanos, mortas em navios, escravizadas, e que, mesmo após haver o entendimento geral de que a escravização era inaceitável, foram abandonadas pela sociedade que enriqueceu com essas vidas de trabalho e sofrimento, jogando-as às margens da sociedade, especialmente por serem “negras”, o que também se aplica aos indígenas, de origem asiática, etc. O mesmo aconteceu com suas crenças religiosas que, no caso das religiões afrobrasileiras, foram durante muito tempo criminalizadas e ainda hoje sofrem perseguição e preconceito. Isto faz com que todas as formas de exclusão e violência atinjam sempre mais à população negra.

O capacitismo é uma ideologia que classifica pessoas fora dos padrões físicos ou mentais considerados “normais” como “deficientes”, negando-lhes oportunidades de vida, realização pessoal e familiar. Em geral, essas pessoas são vistas como obstáculos ao desenvolvimento da sociedade, o que reforça barreiras à sua participação plena.

A xenofobia é a ideologia que discrimina pessoas por serem estrangeiras, especialmente as negras e as vindas de países fora da Europa, explorando seu trabalho e negando-lhes as mesmas oportunidades que antes tiveram outros grupos migrantes e refugiados.

A homo-lesbo-trans-fobia é uma ideologia que vê as pessoas que não são heterossexuais e cisgênero (com o mesmo gênero atribuído no nascimento) como doentes, ou são acusadas de pecado, impedindo-as de ser e viver com a mesma dignidade de todas as outras. O Brasil é o país que mais mata transexuais e homossexuais por causa de sua identidade de gênero ou orientação sexual.

Aporofobia é o ódio às pessoas em situação de vulnerabilidade social ou econômica, isto é, pobres, acusando-as de “vagabundas” ou despossuídas da vontade de melhorar de vida, desprezando sua aparência, modos ou culturas, e tendo-as como pessoas descartáveis, que não merecem nenhuma solidariedade, nem sequer para lhes garantir as condições básicas de uma vida humana digna e salutar.

Misoginia – como expressão do machismo e patriarcalismo – é a ideologia que defende a supremacia masculina sobre as mulheres. Esta ideologia faz com que o homem seja visto como um “predador”, (endo as mulheres suas presas, ou como um “guardião-proprietário”, onde as mulheres sob sua tutela devem lhe obedecer e agir conforme sua vontade. Seja por um caminho ou outro, a violência sempre acontece. Mulheres são abusadas de forma física, psicológica, moral, social e econômica por homens que entendem que este é seu “direito” e sua “natureza”, ocultando os abusos sob um manto de suposta “preservação” ou “proteção”. Esta é a ideologia que está por trás dos feminicídios, que tem aumentado em nossa sociedade.

Qualquer proposta política que não considere toda pessoa humana igualmente digna, que não respeite a diversidade, e que negue direitos à vida, à cultura, à identidade ou ao pleno exercício da cidadania é incompatível com os princípios do Evangelho defendidos e vivenciados na Igreja Episcopal Anglicana do Brasil.

6. LITANIA PARA O PROCESSO ELEITORAL (ADAPTADAS DE ORAÇÕES DO LIVRO DE ORAÇÃO COMUM)

Ó Deus, criador de todas as coisas, que fizeste tudo o que há no universo, e sem o qual nada podemos: graças te rendemos pela oportunidade de exercer nossa cidadania dentro do processo democrático de eleição das pessoas que nos representarão no poder Executivo e Legislativo de nosso país, e suplicamos por tua presença e companhia, da que encontremos a unidade em ti, que nos alegremos no vínculo da paz, que partilhemos, com justiça, os recursos desta terra, que ninguém passe pela experiência da fome, da violência ou da opressão, e que nada em tua criação experimente a espoliação ou a humilhação. Nós te pedimos isso, em nome daquele que deu a si mesmo pelo mundo, Jesus Cristo nosso Senhor, na unidade do Espírito Santo. Amém.

(momento de silêncio e meditação)

Ó Onipotente Senhor, criaste todos os povos da terra para a tua glória, a fim de te servirem em liberdade e paz; concede ao povo de nosso país o zelo pela justiça e a virtude da moderação e da paciência, para que usemos a nossa liberdade conforme a tua benigna vontade; por Jesus Cristo, nosso Senhor, que vive e reina contigo e com o Espírito Santo, um só Deus, agora e sempre. Amém.

(momento de silêncio e meditação)

Ó Deus, que és justo e compassivo, oramos por nosso país e pelo mundo todo. Concede a todas às autoridades responsáveis pelo bom andamento do processo eleitoral, a todos os partidos políticos e as pessoas que se candidatam, sabedoria e força, coragem e inspiração, fazendo-as sempre conscientes da missão de conduzir a construção de uma sociedade alicerçada na tua vontade. De modo que as pessoas fracas sejam protegidas; os recursos e bens materiais sejam compartilhados, e todas

as pessoas possam desfrutá-los; as diversas etnias e culturas vivam com respeito mútuo; a paz seja alicerçada na justiça, e a justiça conduzida pelo amor. Mediante Jesus Cristo, nosso Senhor. Amém.

(momento de silêncio e meditação)

Pastor de todas as ovelhas, sê conosco na missão, capacitando-nos para que possamos agir em nosso mundo, transformando nossa sociedade em um lugar que possibilite a todas as pessoas o direito à educação, moradia e trabalho dignos, acompanha-nos também em nossa vida comunitária tornando-nos instrumentos da unidade na fé. Por Jesus Cristo, o exemplo do amor incondicional, que contigo e com o Espírito Santo vive eternamente. Amém.

(momento de silêncio, meditação e oração do Pai Nosso)

7. REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. *Promulgação da Constituição Federal de 1988.*

Fotografia. Brasília, 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/foto/2018-10/promulgacao-da-constituicao-federal-de-1988-1581318274-10>. Acesso em: 19 jun. 2026.

ALVES, Joédson. *Constituição brasileira 35 anos. Fotografia.* Agência

Brasil, Brasília, 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/foto/2023-10/constituicao-brasileira-35-anos-1696440870>. Acesso em: 19 jun. 2026.

IGREJA EPISCOPAL ANGLICANA DO BRASIL. Câmara Episcopal. *Carta*

sobre o Projeto de Lei 1904 de 2024. Brasília, 2024. Disponível em: <<https://ieab.org.br/wp-content/uploads/2024/06/Carta-sobre-o-Projeto-de-Lei-1904-de-2024.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2026.

IGREJA EPISCOPAL ANGLICANA DO BRASIL. Câmara Episcopal. *Manifes-*

tação da Câmara Episcopal da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil diante dos atos terroristas e antidemocráticos do dia 08/01/2023.

Brasília, 2023. Disponível em: <<https://ieab.org.br/wp-content/uploads/2023/01/Manifestacao-da-Camara-frente-aos-Atos-Antidemocraticos-2023.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2026.

MICROSOFT COPILOT. *Justiça social no Brasil.* Imagem gerada por inte-

ligência artificial. São Paulo, 2026. Disponível em: Microsoft Copilot. Acesso em: 19 jun. 2026.